

O antirracismo e a agenda político-acadêmica da universidade em debate

Danielle Pereira de Araújo¹ 

Marcos Antonio Batista da Silva² 

A Revista Contemporânea de Educação (RCE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em parceria com o “Projeto POLITCS – A política do (anti) racismo na Europa e na América Latina: produção de conhecimento, decisão política e lutas coletivas”³, vem a público apresentar o Número Temático “O antirracismo e a agenda político-acadêmica da universidade em debate”, organizado por Danielle Pereira Araújo e Marcos Antonio Batista da Silva.

Este Número Temático, é originário do frutífero debate gerado no “Colóquio Educação antirracista e as práticas curriculares na universidade pública brasileira” (UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 2020), realizado no formato digital (3 e 4 de dezembro de 2020), e que contou com a participação de diversos professores da educação superior das cinco regiões brasileiras, sob a coordenação do POLITICS. O Colóquio refletiu acerca dos avanços e desafios da agenda antirracista no campo da educação superior a partir de três linhas programáticas: 1) políticas de reconhecimento e seus desdobramentos na educação pública: o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, 2) formação de professores, projetos pedagógicos e práticas curriculares antirracistas na universidade pública brasileira e 3) rumos da expansão do ensino universitário no Brasil nos anos 2000 e educação antirracista.

Em meios aos avanços no âmbito da luta por justiça racial no âmbito educacional experimentados nas primeiras décadas dos anos 2000, algumas questões têm

¹ Centro de Estudos Sociais. Universidade de Coimbra, Portugal.

² Centro de Estudos Sociais. Universidade de Coimbra, Portugal.

³ O Projeto de investigação POLITCS (Projeto 725402 - POLÍTICS - ERC - 2016-COG) é coordenado pela investigadora Silvia Rodríguez Maeso e está sediado Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (Portugal). <https://politics.ces.uc.pt/>

sido fundamentais à continuidade da luta por igualdade, justiça e reparação no ensino superior como: quais os impactos causados pelas Leis nº 10.639 (BRASIL, 2003) e nº 11.645 (BRASIL, 2008) e das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais” (BRASIL, 2004) nas práticas curriculares e epistemológicas. Como tem sido a inserção do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e suas “Diretrizes” na formação de professores e nos projetos pedagógicos das universidades públicas brasileiras? De que forma tem ocorrido a articulação entre os diferentes níveis de ensino, áreas e cursos para a institucionalização de uma política curricular antirracista? Como a expansão e a interiorização da educação superior ocorridas no Brasil (2003-2014) se relacionam com a luta por uma educação antirracista? Como está a decorrer o debate acadêmico sobre a produção de conhecimento acerca de raça (antirracismo) nas universidades europeias e latino-americanas?

O processo de chegada das políticas antirracistas na educação superior tem sido marcado por “disputas e ambiguidades existentes na construção da educação antirracista [...], onde o currículo expressa as tensões, contradições e interesses de grupos que estão dentro e fora da universidade” (ARAÚJO, SILVA, 2020, p. 322). Isto é, o processo de definição do “problema” (racismo) e a sua “solução” (antirracismo) no campo educacional têm se caracterizado pela diversidade de abordagens, concepções e caminhos. Nesse aspecto, compreendemos que “educação antirracista” é uma categoria política polissêmica e, por isso, o presente número temático busca oferecer ao leitor reflexões que dialogam com a heterogeneidade da luta a partir das várias vozes presentes neste número.

O número temático é composto por oito artigos e dois relatos de experiências de práticas antirracistas (em formato de entrevistas) que contemplam o contexto do ensino superior no Brasil, no Peru (com foco nos afroperuanos) e no contexto europeu (com atenção à população Roma/cigano).

De modo geral, este Número Temático da RCE apresenta artigos que articulam as diferentes abordagens sobre o (anti)racismo e a agenda político-acadêmica da universidade. O primeiro grupo de artigos deste número discute as Políticas de reconhecimento e seus desdobramentos na educação superior pública que abarcam o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. Nesta direção, o artigo “Desafios das comissões de heteroidentificação na Universidade Federal de São Paulo”, de Edna Martins, Marina Mello e Fábria Ribeiro, apresenta alguns caminhos, desafios e desdobramentos referentes à organização e implementação das bancas de heteroidentificação no sistema de seleção de ingresso de estudantes na Universidade Federal de São Paulo. A análise das autoras

mostra que, a partir dessa experiência, tais procedimentos institucionais se mostram indispensáveis nos processos de seleção, na medida em que buscam garantir o direito de ingresso de negros e indígenas nas universidades públicas brasileiras.

O artigo “Condições de permanência material e simbólica de estudantes negros na universidade”, das autoras Vanessa Alves e Caroline Casali, traz uma análise das experiências de estudantes negros de uma universidade pública do Rio Grande do Sul em relação às condições de permanência dos estudantes negros em termos material e simbólico. O estudo mostra que programas de assistência, embora essenciais, não são suficientes para a permanência material dos estudantes negros no ensino superior e que, em termos de permanência simbólica, a falta de espaços institucionais que acolham o debate e de representatividade no corpo docente se colocam como alguns dos entraves à permanência desses estudantes.

O segundo grupo de artigos se relaciona com a formação de professores, projetos pedagógicos e práticas curriculares antirracistas na universidade pública brasileira, e é onde encontramos o artigo “A importância das narrativas na construção do ensino jurídico antirracista” de Danilo Rabelo e Karina Sposato, com reflexões em torno da construção de metodologia de ensino jurídico e a permanência de estratégias de exclusão epistêmica e a imprescindibilidade das narrativas como mecanismo de empoderamento, de denúncia e de compartilhamento de estratégias de vivência e de sobrevivência para um ensino jurídico que busca se constituir enquanto antirracista.

O terceiro grupo de textos aborda os rumos da expansão do ensino universitário no Brasil nos anos 2000 e a educação antirracista, e é onde encontramos as reflexões trazidas por Claudete Soares no artigo “Educação antirracista e democratização do ensino superior”. A autora problematiza as relações entre ensino superior e branquitude por meio de uma reflexão sobre o lugar da educação antirracista no projeto de expansão e interiorização do ensino superior no Brasil. A partir da experiência e da vivência enquanto mulher negra e professora universitária, a autora nos oferece reflexões em torno dos desafios da construção de um projeto político de uma instituição de ensino superior que, mesmo situando-se no campo democrático e/ou progressista, ainda parece não priorizar a luta antirracista em seu horizonte político.

A experiência pioneira da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) se encontra abordada em dois artigos. No primeiro, intitulado “Práticas Curriculares Antirracistas na Residência Pedagógica – Pedagogia

(CE) Unilab”, Geranilde Silva e Evaldo Oliveira, a partir da experiência de um curso de aperfeiçoamento de formação prática junto às licenciaturas, apresentam o futuro promissor da articulação entre Universidade e escolas no âmbito da implementação da Lei nº 10.639/2003 (BRASIL, 2003) para promover pedagogias de formação de professores/as inovadoras e antirracistas.

Arilson Gomes, no artigo “A Unilab e as ações de promoção de igualdade étnico-racial (2010-2020)”, problematiza a execução das políticas de ações afirmativas de promoção da igualdade étnico-racial na Unilab. Para o autor, a institucionalização das políticas de ações afirmativas com vistas à promoção da igualdade étnico-racial na instituição se coloca como um constante desafio para a agenda político-acadêmica no ensino superior brasileiro.

Neste Número Temático, a discussão apresentada conta, ainda, com a contribuição de autores que problematizam a produção e o conhecimento sobre raça e (anti) racismo no contexto europeu e latino-americano (Peru).

Cayetano Fernández, em seu artigo intitulado “*Anti-Roma racism and the white academic agenda: hidden blind-spots of the education system*”, discute a produção acadêmica atual sobre os Roma, explorando a semântica e as construções conceituais que enquadram a discussão relacionada à experiência dos Roma no sistema educacional. Fernández discute ainda a “ideologia da integração” como pilar das políticas públicas educativas no contexto europeu.

Luis Valdiviezo, no artigo “Equidade e interculturalidade nas universidades peruanas”, chama a atenção para o debate étnico-racial no sistema universitário peruano. O autor discute o papel da universidade no que tangencia a equidade social, o acesso, a permanência e a diversidade na sociedade peruana. Valdiviezo parte da perspectiva de que as universidades com maior equidade social oferecem melhores condições de ensino e pesquisa de e para a diversidade cultural nacional, regional e global.

A inclusão de dois artigos advindos de contextos internacionais visa proporcionar ao público leitor a possibilidade de compreender de que forma lógicas coloniais atravessam o campo curricular, o ensino e a produção de conhecimento em diversos contextos, revelando os mecanismos que sustentam a reprodução do eurocentrismo e negação do “outro” (seja ele Afro-brasileiro, Afro-peruano ou Roma) como ser capaz de pensar e produzir saber. Nesse sentido, nosso intuito é visibilizar, apesar de reconhecer as especificidades históricas de cada contexto e povo, os desafios que partilharmos enquanto povos desumanizados,

mas principalmente proporcionar reflexões em torno de caminhos possíveis para a construção transnacional de uma agenda antirracista no campo educacional.

E, por fim, apresentamos dois relatos de experiência (no formato entrevista) no qual contamos com a rica experiência dos docentes Kátia Regis, Cidinalva Neris e Sávio Rodrigues, envolvidos na experiência pioneira do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros da Universidade Federal do Maranhão, que têm produzido e socializado conhecimento emancipatório e antirracista desde uma interlocução com movimentos sociais no contexto maranhense e instituições africanas. No segundo relato, contamos com a generosidade da partilha da professora Maria Lúcia da Silva, que nos brinda com instigantes reflexões em torno do papel da/do docente negra/o na luta antirracista. A partir da sua trajetória voltada para ações antirracistas no campo educacional articulada com professores negros na implementação de ações antirracistas no ensino superior privado, a narrativa da entrevistada contribui para a reflexão crítica descolonizadora nas instituições privadas, discussão ainda pouco explorada no debate das políticas afirmativas e do ensino superior, mas de crucial importância para ampliação das frentes da luta contra o racismo.

Esperamos que os dois relatos de experiência possam gerar no público leitor a confiança de que é possível acreditar na construção de intervenções e programas antirracistas no interior das instituições. Os desafios são muitos, como poderão ver/ler, mas os relatos nos apontam para um horizonte de esperança.

Referências

ARAÚJO, D. P.; SILVA, M. A. B. O ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo dos cursos de pedagogia de duas instituições de ensino superior. *Arquivo Brasileiro de Educação*, Belo Horizonte, v. 8, n. 17, p. 322-51, nov. 2020. <https://doi.org/10.5752/P.2318-7344.2020v8n17p322-351>

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE Nº 3, de 10 de março de 2004. Diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. *Diário Oficial da União*, 19 maio 2004.

BRASIL. Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei N° 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei N° 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. *Diário Oficial da União*, 11 mar. 2008.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI N° 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF, *Diário Oficial da União*, Seção 1, p.1, 30 ago.2012. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/40054629/dou-secao-1-30-08-2012-pg-1>. Acesso em 16 dez.2021.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS. *Colóquio educação antirracista e as práticas curriculares na universidade pública brasileira*. Coimbra, 2020. Disponível em: <<https://ces.uc.pt/pt/agenda-noticias/agenda-de-eventos/2020/coloquio-nacional-educacao-antirracista-e-as-praticas>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

Submetido em: 22/11/2021

Aceito em: 22/11/2021

Sobre os autores

Danielle Pereira de Araújo

Doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Investigadora em pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais (CES). Universidade de Coimbra (Projeto 725402 - POLITICS - ERC-2016-COG). Tem mestrado em Ciência Política pela Unicamp e possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8821-5369>.

E-mail: daniellearaujo@ces.uc.pt

Marcos Antonio Batista da Silva

Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Investigador em pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais (CES). Universidade de Coimbra (Projeto 725402 - POLITICS - ERC-2016-COG). Tem mestrado em Psicologia Educacional e graduação em Psicologia. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-2701-0316>.

E-mail: marcossilva@ces.uc.pt